

Reverberações, ecos e fragmentos do terror e da intimidade na Audiência Pública da ADPF das Favelas¹

DOI
<http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.218768>



Adriana Vianna

Universidade Federal do Rio de Janeiro | Rio de Janeiro, RJ, Brasil
adriana vianna@mn.ufrj.br | <https://orcid.org/0000-0002-5158-729X>

RESUMO

A partir de falas trazidas por integrantes de movimentos de familiares de vítimas de violência policial durante a Audiência Pública relativa à ADPF 635, em abril de 2021, o artigo busca explorar algumas conexões entre terror e intimidade. Para tanto, concentra-se no que percebe como ecos ou reverberações do que é dito, como os fragmentos que trazem a importância da casa, da rotina e das relações para a compreensão da força difusa do terror.

PALAVRAS-CHAVE

Terror; intimidade; violência policial.

Reverberations, echoes and fragments of terror and intimacy in the Favela ADPF Public Hearing

ABSTRACT Setting out from testimonies presented by members of movements of relatives of the victims of police violence during the Public Hearing on ADPF 635, in April 2021, the article explores some of the connections between terror and intimacy. This aim in mind, it focuses on what are perceived as echoes or reverberations of what is said, like the fragments that tell us of the importance of the home, routine and relationships for the understanding of the diffuse force of terror.

KEYWORDS
Terror; Intimacy; Police violence

1. DESLIZAMENTOS ENTRE VIOLÊNCIA E TERROR

Há palavras que ocultam sua complexidade em uma aparente obviedade que nos leva a crer que participamos de territórios amplamente compartilhados do ponto de vista semântico e ético. Violência é uma dessas palavras, sobretudo quando nos colocamos em interlocução com aqueles e aquelas que se reconhecem simultaneamente como vítimas e combatentes de alguma qualidade de violência. Muitas de minhas interlocutoras nos últimos anos são mães e familiares de pessoas mortas por agentes estatais, notadamente policiais militares ou civis, que constituíram coletivos que denunciam e confrontam a “violência de Estado” e se engajaram neles. Mais recentemente, esses mesmos coletivos passaram a integrar redes mais amplas, de abrangência nacional, que agregaram ou mesmo substituíram a expressão “violência de Estado” por “terror – ou terrorismo – de Estado”, denominando-se Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado². O deslocamento ilumina, entre outras coisas, a insuficiência da palavra “violência” para dar conta das ações e experiências que se busca tornar visíveis para melhor denunciá-las e transformá-las.

A suposta obviedade do termo “violência”, porém, encobre distinções significativas, especialmente através do uso de complementos como “de Estado”. Como já nos chamou atenção Veena Das (2008), é relevante entender que não há nada de transparente no termo “violência” para melhor compreender quais relações e situações assim são percebidas ou qualificadas. Notar sua natureza composta – como em “de Estado” – leva-nos, assim, a dar mais destaque para os posicionamentos produzidos nesse trabalho específico de enunciação. Quem é alvo ou antagonista da “violência de Estado” está simultaneamente denunciando o que percebe como limites e zonas de ilegalismos daquilo que seria o Estado. Trata-se, assim, como já explorei em outro momento, de um ato de fala que marca sujeitos políticos e produz o reconhecimento de uma “sociologia da injustiça estrutural” (Vianna, 2014: 221). A presença do Estado enquanto violência denuncia, por sua vez, o avesso de um outro Estado ambicionado, aquele que deveria se fazer presente como garantidor de direitos ou provedor de políticas. Não à toa, frases já recorrentes como “o único Poder Público que entra nas favelas é a polícia”³ integraram depoimentos de ativistas moradoras de favelas na Audiência Pública visando a tratar da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 – doravante ADPF 635 –, sobre a qual me estenderei mais detalhadamente em outra parte do texto.

Se “violência de Estado” produz não apenas um qualificativo de violência, mas uma imagem-acusação do que seja o Estado em certos territórios da vida social, para o que a emergência dos termos “terror” ou “terrorismo” poderia estar apontando? Além de serem mobilizados no nome da articulação nacional, eles aparecem em falas relativamente usuais que contam que “eles querem é botar terror na gente”

1 | Agradeço imensamente a parceria de Angela Facundo e Roberto Efreim Filho em cada etapa que levou a este texto, bem como a companhia de Gabriel Feltran e Fabio Araújo na confecção do dossiê que ele integra. A Heloísa Buarque de Almeida, agradeço o convite entusiasmado para que convertesse a apresentação em artigo. Às queridas companheiras de debates sobre Texturas do Ordinário e Slum Acts, Camila Pierobon, Fabiana Jardim, Letícia Carvalho, Mariana Côrtes e Taniele Rui, as trocas e ideias generosas. A Natascha Einrich e a David Danziger, agradeço as leituras atentas e cheias de frescor que ofereceram ao artigo.

2 | Encontros nacionais de familiares contra a violência de Estado acontecem desde 2016, mas passam a adotar a terminologia “Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado” a partir sobretudo do segundo encontro, em 2017.

3 | A frase faz parte da fala de Renata Trajano, do Coletivo Papo Reto, durante o primeiro dos dois dias da Audiência Pública citada. Detalho as informações sobre a ADPF na parte 2 do artigo.

ou “o que fazem com a gente é terrorismo”, indicando algo que vai além da violência, ultrapassando-a em intensidade e constância. E que também permite enfatizar qualidades e formas para as quais o campo semântico da violência se revela tímido ou insuficiente.

Michael Taussig, em seu conhecido texto “Cultura do terror, espaço da morte”, nos provoca a “pensar-através-do terror”, o que implica reconhecer e reter algo de sua “qualidade alucinatória” (Taussig, 1993: 32). Há uma dimensão dessa qualidade alucinatória que, creio, ecoa nas palavras usadas por familiares de vítimas e moradoras de favelas ao falar do terror vivido em diferentes situações que envolvem ações armadas promovidas por forças estatais⁴. A dimensão expressiva do próprio termo e do modo como é acionado ultrapassa os sentidos mais imediatamente apensáveis a ele, reverberando a relativa inapreensão e imprevisibilidade de suas formas, consequências e durabilidade. A frase “botar o terror na gente”, mencionada acima, por exemplo, foi-me dita por uma interlocutora ao relatar diversas ações que facilmente poderiam ser evocadas como parte da “violência de Estado” ou da “violência policial”, caso esses fossem os designativos escolhidos. Mas a palavra “terror” não está ali à toa, do mesmo modo como não é banal a sua capacidade de internalizar-se, inscrevendo-se “na gente”. O embate é travado, assim, não apenas na ordem do mundo, através do enfrentamento às formas de violência perpetradas nas ruas e casas, mas também contra essa capacidade venenosa do terror de se infiltrar nos sentidos e percepções, tornando-se parte constitutiva dos que foram suas vítimas.

As corporalidades constituídas em meio a experiências marcadas pelo trânsito entre violência e terror de Estado, quando narradas ou performadas, evocam algo dessa interioridade perturbada. Falam de sobressaltos, tremores, impossibilidade de dormir, necessidade de remédios para gerir as palpitações, pressões e apertos no peito, suores e memórias dolorosas que se presentificam subitamente a partir de um som, uma imagem ou um cheiro. São, nesse sentido, corporalidades embaraçadas em trânsitos temporais não lineares. Como veremos na segunda parte do texto, as falas sobre as ações policiais realizadas em áreas de favelas que foram levadas à Audiência Pública não apontam para momentos precisos no passado ou, ao menos, não apontam isoladamente para eles. Falam de ações inscritas em um tempo de repetições infinitas, mas cuja característica mais marcante é, paradoxalmente, sua não previsibilidade e, por isso, a intranquilidade que inscrevem no espaço, nas relações e nos corpos. As evocações aos procedimentos que vão engendrando o “terror na gente” dizem justo da possibilidade de algo acontecer a qualquer instante ou ter consequências que não se consegue conter e sanar. Descrever e dar conteúdo a esses procedimentos representa, para além da denúncia política de como operam as forças armadas estatais em áreas de favela, um modo de domesticação parcial de sua capacidade corrosiva, de sua “qualidade alucinatória”.

Busco perseguir neste artigo o jogo tenso entre enunciação e reverberação,

4 | É importante notar que, pelo caráter da Audiência Pública, não estou tratando aqui de outras forças armadas também presentes em territórios de favelas e que engendram outros dispositivos de terror. Para um mapa atual da variedade e complexidades destas forças, ver Geni-UFF/Fogo Cruzado, 2024, e Geni-UFF/Observatório das Metrôpoles, 2021.

componentes que considero centrais para os contornos do que se pode dizer sobre e a partir do terror. Com isso, quero sublinhar que é preciso que atentemos não apenas para a descrição das práticas do “terrorismo de Estado” denunciado por movimentos de familiares de vítimas e moradores de favelas, mas também para o que se expressa sob forma de efeitos do que não está plenamente enunciado. Aquilo que reverbera através de outros recursos comunicativos distintos da enunciação direta, como convites à imaginação e ao compartilhamento do que não cabe em palavras, do que se espraia difuso em jogos narrativos marcados por reticências, interrupções e alusões.

Na parte que se segue, descrevo rapidamente as condições da Audiência Pública e seleciono algumas falas de moradoras de favelas, integrantes de diferentes movimentos e organizações sociais. O critério para essa seleção em meio à complexidade e variedade de falas que tiveram lugar nos dois dias de audiência foi, em primeiro lugar, o modo como elas nos chamam atenção para os componentes transbordantes da violência cometida regularmente pelas forças policiais nas favelas, aproximando-a dos sentidos e ecos do campo semântico do terror que aponteí acima. Mas, além disso, as falas escolhidas põem em relevo também qualidades dos atos de violência e/ou terror que remetem fortemente aos espaços, relações e expressões de intimidade. Nesse sentido, busco refletir em que medida as tramas entre terror e intimidade, dois termos que não se estabilizam aprioristicamente, mas que dependem de descrições e ponderações constantes, estão profundamente interligadas. Ou, dizendo de modo mais direto, em que medida as práticas e experiências de terror estão estreitamente conectadas a um senso de violação profunda da intimidade, aqui entendida como território de grande valoração moral e subjetiva concernente ao corpo, aos afetos e aos espaços.

2. FALAS

A Audiência Pública relativa à ADPF 635 ocupou dois dias, 16 e 19 de abril de 2021, colhendo depoimentos de membros de instâncias governamentais, organizações civis, pesquisadores e movimentos sociais, entre outros. Presidida pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, e realizada de forma virtual, a Audiência Pública deu seguimento a uma ação protocolada em novembro de 2019 no STF pelo Partido Socialista Brasileiro e que contava com diversos movimentos sociais como *amici curiae*⁵. Tendo como foco principal o controle da letalidade policial nas favelas e visando a restringir as chamadas “operações policiais” durante a pandemia de Covid-19, a ação ficou conhecida como “ADPF das favelas” e de fato conseguiu, a partir das decisões tomadas pela corte, reduzir de modo expressivo, por um período, as perdas de vida decorrentes de incursões policiais (Hirata, Grillo

5 | Participaram da proposição da ADPF 635, além do PSB: Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Justiça Global, Associação Direitos Humanos em Rede, Associação Redes de Desenvolvimento da Maré, Movimento Negro Unificado Instituto de Estudos da Religião, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Coletivo Papo Reto, Movimento Mães de Manguinhos, Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, Fala Akari, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, Instituto Alana, Partido dos Trabalhadores, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Rio de Janeiro, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Centro pela Justiça e o Direito Internacional, Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores, Laboratório de Pesquisas LABJACA, Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, Movimento Independente Mães de Maio, Defensoria Pública da União, Instituto Anjos da Liberdade, Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin, Laboratório de Direitos Humanos. O quadro completo de participantes, por sua vez, envolve ainda outros atores de diversos movimentos, instituições governamentais e não governamentais, bem como pesquisadores e pesquisadoras (condição em que também participei).

e Dirk, 2020).

O quadro desenhado em abril de 2021, porém, já indicava o avanço numérico da letalidade uma vez mais, algo que não deixou de se intensificar nos meses e anos seguintes, inclusive sob a forma de chacinas⁶. As falas de moradores e moradoras, participantes de variados coletivos de favelas, muitos dos quais formados ou compostos por familiares de vítimas diretas de ações policiais, marcaram a importância da singularidade da ADPF e seus efeitos, além de trazerem para esta cena pública registros temporais variados. Nelas estiveram presentes menções a momentos passados específicos, à constância e à continuidade de certas práticas violentas, ilegítimas ou abertamente ilegais, bem como ao temor pelo futuro. Foram, de modo geral, falas breves, uma vez que havia tempo máximo de vinte minutos disponíveis para cada participante, o que podia ainda ser abreviado caso mais de um participante falasse em nome de uma mesma organização ou coletivo.

Por fim, ainda no que diz respeito à organização da audiência, cabe notar certa ritualização presente no processo de recepção aos que falariam e de agradecimento ao final das falas, corporificado na figura cordial e cerimoniosa do ministro Fachin. Longe de ser banal, tal ritualização, própria aos efeitos de engrandecimento da própria instância de Estado, conferiu ao jogo de fala e escuta uma dimensão que lembra, ainda que muito fragilmente, dinâmicas presentes em comissões e instâncias de justiça transicional. Com essa aproximação, que não explorarei aqui, quero apenas chamar atenção para o fato de que os depoimentos em si compuseram uma trama em que descrição, recepção e reverberação tinham marcas e tonalidades algo excepcionais. Como dito por alguns participantes, integrantes dos coletivos e movimentos, mas também pesquisadores, a possibilidade de falar “no STF” – e de ser escutado, para o que, uma vez mais, os gestos rituais contribuíram de maneira significativa – representava um marco único. Mas não se trata apenas da excepcionalidade da situação ou do lócus de autoridade. Trata-se, a meu ver, também da possibilidade de transpor, para aquela cena de escuta, transmissão e registro, certas percepções que em geral pouco ou nada são consideradas em audiências judiciais, em que imperam outros scripts e relações de força. Nesse sentido, a possibilidade de deixar marcado algo do “como” das violências policiais, de suas minúcias e efeitos, configura, ainda que de forma tênue, uma cena de reconhecimento do peso que tais violências podem ter na vida como um todo. Ou seja, que a letalidade que ocupa o centro da ADPF e, por consequência, da audiência pública, não é o único tópico que demanda escuta e registro. Ou, ainda, que a letalidade não se traduz e esgota nos números de mortos, mas que diz respeito a outros danos mais espalhados nos territórios, casas e subjetividades.

Começo, assim, com alguns extratos que chamam atenção, entre outras questões, para a pervasividade das ações policiais nos espaços domésticos, no tecido familiar e nas corporalidades. Meu objetivo com a escolha destes trechos e a mon-

6 | A Audiência foi seguida por uma operação extremamente violenta na Favela do Jacarezinho, batizada irônica e macabramente de “Exceptus”, em referência ao caráter de exceção que permitiria as operações policiais segundo a ADPF 635. A dimensão de afrontamento à decisão foi ainda explicitada em entrevista coletiva dada pela Polícia Civil (ver Araújo *et al.*, 2021). Para um mapa das chacinas no Rio de Janeiro, ver Geni/UFF, 2022. Para uma análise da relação entre a audiência, a chacina do Jacarezinho e a política de “matabilidade”, ver Medeiros, 2023.

tagem que faço a partir de sua sequência não é, de forma alguma, o de produzir qualquer efeito seja de explicação ou de exemplificação. O que me proponho a fazer é refletir, junto e a partir da densidade analítica e ética do que foi trazido por algumas das participantes, sobre conexões entre o campo semântico do terror e o da intimidade. Daí provém também a decisão de transcrever em sequência os trechos escolhidos, de modo a manter, mesmo que precariamente, algo da perturbação que são capazes de provocar. Por fim, cabe lembrar que todas as falas estão publicamente disponíveis, bem como suas transcrições⁷.

Fala de Eliene Maria Vieira, do Movimento Mães de Manguinhos:

[...] Tive meu filho alvejado e encarcerado. E é em nome desta favela, que é tão marginalizada, tão criminalizada, que eu começo a minha fala. Antes de relatar as palavras que eu escrevi – eu vou pedir desculpa, porque estou um pouco nervosa –, mas queria deixar claro que a gente vive num território que é constantemente invadido pelo Estado. E a única outra coisa que esse Estado traz para a gente é o poder bélico. [...]

Mães por mães. Quando uma mãe chora, todas choram. E é baseado nesta fala que venho aqui solicitar sua ajuda não só para minha favela, mas para todas as favelas do Rio de Janeiro, e que possa se estender para todas as favelas e periferias do país. Vivo numa favela que é constantemente aterrorizada por ações policiais. Entendo toda a complexidade deste tema, mas vim aqui como mãe. Há décadas que nossas favelas e periferias vêm sendo alvo dessa falácia chamada guerra às drogas e, no meio dessa falácia, nossos familiares vêm sendo assassinados.

Primeiro, eles vieram e assassinaram os homens. Depois de um tempo, o alvo se voltou para os jovens e agora, Senhor Ministro, de uma forma absurdamente perversa, estão assassinando as nossas crianças. Já perdi a conta de quantas crianças foram assassinadas e quantas mães choram as perdas dos seus bebês. É uma dor que não tem fim.

Quando tem operação na minha favela, meu coração dispara, minhas pernas tremem e perco completamente a saúde mental. Quando o caveirão aéreo vem dando voo rasante, parece que vai derrubar o telhado da minha casa. Como vocês podem ver, minha telha é de amianto. Aqui tem casas pequenas e a maioria é barraco, sem estrutura para suportar as hélices do helicóptero. Somos questionados o tempo [todo] pelo Estado por que sentimos tanto medo. Sei que o Senhor não mora, nem os Senhores moram em uma favela e acredito que nunca passaram por esse terror, mas digo, de todo o meu coração, que não é fácil acordar às cinco horas da manhã e ter em sua porta vários homens encapuzados, isso quando sua porta não é arrombada. Conheço várias pessoas que já passaram por essa situação, inclusive eu tenho uma amiga que teve a sua porta arrombada quando estava no oitavo mês de gestação.

Eu sou mãe e sou avó. Tenho tanto medo de perder meus filhos e netos que chego a perder a vontade de viver. Somos pessoas e a única coisa que nós queremos do Estado brasileiro é sobreviver, porque viver, esse direito nos é negado todos os dias. No momento em que uma

7 | Os vídeos do primeiro dia podem ser acessados através dos seguintes links: <https://www.youtube.com/watch?v=rf3x9u6QQ5Y> e <https://www.youtube.com/watch?v=2oMabrqCCQo>.

A transcrição dos dois dias, por sua vez, pode ser acessada em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/ADPF_635_TranscricoesDaAudienciaPublica_REDUCAO_DA_LETALIDADE_POLICIAL.pdf.

operação está acontecendo, a favela, que costuma ser um lugar de muita vida, se cala. Conseguimos observar nitidamente o medo na face dos moradores, o silêncio é ensurdecedor, famílias inteiras apavoradas com o que está acontecendo. O meu neto chora e eu tento acalmá-lo em meu colo, na tentativa de acalmá-lo, para que ele não fique com tanto medo.

Vemos e vivemos tantos absurdos que o simples fato de ter um agente do Estado me olhando, na hora em que a operação está acontecendo, já me causa pânico, pela certeza de saber que posso ser abordada de forma ríspida e que esse mesmo agente é quem vai decidir, naquele momento, se serei espancada, se serei encarcerada ou se sairei dali viva [...].

Senhores Ministros desta Audiência e pessoas que estão aqui, eu estou pedindo algo absurdo? O que eu quero é que minha favela viva, o que eu quero é poder sair de dentro da minha casa sem o terror de deixar meu filho. Eu sou mãe de um jovem negro de 24 anos de idade, que, toda vez que tem uma operação policial, o fuzil é botado na face dele. [...]

Fala de Elizabeth Santos da Silva, da Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense:

Seria importante nós falarmos sobre o descumprimento da ADPF 635. Esse recurso não acabava com as violações, mas diminuía as mortes. Os policiais já adentram o território atirando, matando, faltando com o respeito a nós, moradores da comunidade carente, e ainda cometendo desaparecimento forçado, como fizeram com meu filho, de dezessete anos, dia 13 de julho de 2020, às 13 horas da tarde. Depois de dezessete dias, encontro o meu filho sem vida, em decomposição. A única possibilidade que eles nos dão é a morte, pois quando matam nossos filhos, matam nossa família. Ainda comentando sobre a violência e o desaparecimento forçado, é uma prática comum que acontece na Baixada Fluminense, assim como fizeram com meu filho de menor. Nove meses é o tempo de uma gestação e o tempo de nascimento, e, no meu caso, esse é o tempo de sofrimento, porque hoje Carlos Henrique Santos do Nascimento estaria... Está fazendo nove meses que tiraram a vida dele e ainda desapareceram com o corpo. E eu e vários outros familiares só conhecemos o tipo de sofrimento e da tristeza, mas eu acredito em justiça.

Fala de Dalva Corrêa, da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência:

Hoje, Senhor Ministro, é um dia muito difícil para mim. Completam-se dezoito anos da Chacina do Borel. Hoje, quando acordei, a primeira coisa que lembrei foi quando meu filho, Thiago da Costa Correia da Silva, que nasceu em 3 de julho de 1983, faleceu em 16 de abril de 2003. Lembrei que, quando ele nasceu, eu o abracei, sem roupa, cheio de sangue, mas com o corpo quente. No dia 16 de abril de 2003, também fui abraçar meu filho, sem roupa, mas com o corpo crivado de balas de fuzis da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Quando tentei segurar suas mãos, embaixo das unhas dele estava sujo de sangue, mas não sangue do nascimento; era

um sangue preto. [...]

Nós, familiares das vítimas, sofremos o impacto. Cada vítima que se vai não vai sozinha. Ela arrasta pai e mãe, amigos e parentes. Esses transtornos traumáticos que as famílias sofrem iniciam o desemprego e a depressão, que levam a suicídios e doenças, inclusive falecimento. Além de ter nossas famílias destruídas, temos que conviver com os algozes dos nossos filhos. Eles estão ali, apontando o fuzil, e somos obrigados a escutar xingamentos. Somos intimidados, torturados, e nossos direitos são violados constantemente com a ponta do fuzil. Isso é o terrorismo silencioso do Estado do Rio de Janeiro! [...]

Fala de Renata Trajano, do Coletivo Papo Reto:

Como a Eliene disse mais cedo, Ministro, e eu me emocionei muito – agora também estou ficando muito emocionada –, acredito que Vossa Excelência e todos os Ministros nunca acordaram em terra pobre, nunca acordaram em uma casa sendo alvejada de tiros. Não sei como as pessoas nos veem [e] acham que tudo o que acontece em nosso território é culpa nossa. Na minha casa só tem um lugar seguro para toda a minha família ficar quando tem tiroteio: minha mãe, uma idosa de 81 anos, minha filha com um bebê de 3 meses, meus irmãos. O Alemão é uma favela com 180 mil moradores e nem todo mundo tem uma casa com um local seguro. Ágatha Félix, com dez anos, não teve nem o direito de crescer e ela estava no colo da mãe, em uma Kombi, chegando em casa. O colo da mãe parecia um lugar seguro, porque o colo da nossa mãe é um lugar seguro. [...]

Já ouvi de um policial militar que eu, como mulher preta, não posso ser defensora dos direitos humanos, porque isso é coisa de mulher branca, mulher preta é boa para ser quente na cama. O Senhor imagina eu, defensora dos direitos humanos desde os quatorze anos de idade, quando meu irmão foi executado, na Baixada Fluminense, ouvir de um agente do Estado que não poderia ser defensora dos direitos humanos porque sou uma mulher preta e mulher preta não briga por direito. Mulher preta tem que ser quente, exibir corpo bonito e se prostituir. Foram essas frases que um policial, um sargento, usou para mim. [...]

A gente não quer que o Estado seja perfeito, mas que seja um Estado que tem um governo que faça alguma coisa decente. A gente pede comida ou água, e ele manda fuzil. O único Poder Público que entra nas favelas é a polícia [...].

São colocações em que claramente se vê que não se respeita a Corte, porque a Corte determina uma coisa e o Estado faz outra. Como se a nossa casa fosse Casa da Mãe Joana, onde a galera da polícia enfia a chave-mestra e entra. E, se você reclamar, é porrada. Desculpa a expressão, mas é porrada. Não é uma porradinha, não; é porrada que dói; dói no corpo e, depois, dói na alma, porque você está dentro da sua casa. Nunca o Senhor vai ter sua casa invadida pela polícia – o Senhor, os Senhores Ministros, os deputados, senadores – da forma que nós temos a nossa. A casa de vocês nunca vai ser alvejada como é a nossa. Os corpos de vocês nunca vão ser alvejados como os nossos [...].

A casa invadida por homens armados e encapuzados, alvejada por balas e sacudida pelo barulho ensurdecedor do helicóptero acima das telhas de amianto. O trajeto da casa ou para a casa que guarda ameaças de tiros, espancamentos, intimidações e tortura. A idosa e o bebê que precisam se proteger dos tiros no único espaço da casa que parece resguardado. A criança que não está segura nem no colo da mãe. O corpo desaparecido. O corpo em decomposição. A espiral do tempo: a fala na audiência, os nove meses da morte, os dezoito anos da chacina. A mulher preta que tem que ser quente na cama. Que não pode ser defensora de direitos humanos. O medo. As doenças. A falta de vontade de viver. A morte que arrasta toda a família. O silêncio ensurdecedor.

Os lampejos das falas nos trazem, mesmo que fragmentadamente, algo da perturbação que circula nelas e através delas. Às vezes, a palavra “terror” surge em alguma fala, assim como “terrorismo”. Mas, mais do que nas palavras específicas, podemos perceber sua presença difusa e alucinatória ganhando contornos borrados nas cenas descritas, nas sensações parcialmente transmitidas e nas interpelações sobre o quanto é impossível traduzir de fato sua presença. Falar para os que “nunca passaram por esse terror” ou para aqueles cujos “corpos não serão alvejados” implica também registrar a impossibilidade da comunicação plena. A inviabilidade da comunicação é dada, antes de tudo, pelas brutais hierarquias de raça, classe e gênero entre quem está falando e quem está recebendo as palavras, sumarizado na figura do ministro Fachin. As zonas de possibilidade e impossibilidade de saber são denunciadas, assim, como resultado da desigualdade, não restando nada de inocente na ignorância cognitiva e corporal de quem ouve. Transmite-se um conhecimento retorcido, que chama atenção para o eco do que é descrito ou contado. O eco da casa invadida, das paredes e dos corpos que tremem, do medo que tira a vontade de viver, do sangue preto sob as unhas. É sobre isso que procurarei escrever agora.

3. POR ENTRE PAREDES, CORPORALIDADES E SOMBRAS

Ao discutir como os aparatos legais e policiais voltados ao combate a ações enquadradas como “terrorismo” na Índia durante as décadas de 1990 e 2000 se inscrevem em áreas de favelas, Veena Das (2022) interroga-se, entre outras questões, sobre que tipo de conhecimento seria gestado por aqueles diretamente atingidos pelas políticas de vigilância, encarceramento, tortura e incriminação. Ancorada em diálogo anterior estabelecido pelos filósofos Stanley Cavell e Cora Diamond, Das elabora indicações importantes para pensar sobre a natureza excessiva deste conhecimento, dada antes de tudo pelo modo como ele penetra nos domínios sociais, tornando-se especialmente pesado para os que não podem ignorá-lo⁸. A noção de conhecimento excessivo – *inordinate knowledge*, no original –, proposta por Cavell

8 | Sua posição talvez possa ser melhor apreendida na seguinte passagem: “I hope to show in the discussion that follows that the boundaries between what knowledge is pale or bare and what it is that comes to carry the possibilities of excessive expression does not lie in any absolute characteristic of forms of knowledge. Rather, it is the way in which knowledge of one’s relationships enters the realms of the social, becomes weighty with consequences for those who are in possession of knowledge or for those who have to endure what they cannot ignore, that it moves from being pale and bare to dark and filled with plenitude” (Das, 2022: 36).

(2010), permite, assim, que Das nos mostre que o que está em jogo vai além dos cuidados com a circulação de certo conhecimento, envolvendo também o modo como ele participa dos espaços de intimidade e os ensombrece (Das, 2022: 70).

Algo dessa condição excessiva faz-se presente nas falas proferidas na Audiência Pública que eu trouxe parcialmente na parte anterior do artigo. Diversos outros depoimentos, dados por pesquisadores, integrantes de organizações civis ou agências governamentais, facilmente poderiam ser considerados conhecimentos “pálidos”, para utilizar uma expressão de Cavell da qual Das se apropria (2022: 20). Com isso, não me refiro simplesmente a uma questão de forma narrativa ou a uma espécie de inscrição sociológica estrita das condições e propriedades de cada participante, mas ao modo como a dimensão avassaladora desse conhecimento está inscrita no cotidiano de algumas pessoas – e não no de outras – e que efeitos isso tem para a vida como um todo.

Quando Eliene Vieira fala sobre como é possível observar “o medo na face dos moradores”, acompanhado do “silêncio ensurdecido” e das “famílias inteiras apavoradas com o que está acontecendo”, ela elabora uma forma de conhecimento que tem fortes marcas sensoriais e que depende primordialmente do compartilhamento de experiências concretas. Ao mesmo tempo que, com sua fala, ela faz circular para além da favela o seu conhecimento sobre os efeitos e componentes das “operações policiais”, também indica a precariedade da compreensão a ser alcançada por alguém que nunca ouviu o mesmo silêncio ou viu o mesmo medo corporificado. Esse medo, aliás, também atravessa o neto que ela tenta acalmar no colo, bem como percorre seu corpo ao cruzar com um policial que a encara, pressagiando um desfecho imprevisível para o que deveria ser um transitar rotineiro.

Mesmo que o foco central da ADPF 635 e da Audiência Pública seja a “letalidade policial”, categoria a ser ponderada por meio de tecnologias de governamentalidade relacionadas à quantificação da morte, os depoimentos falam de outras formas de ação que, enredadas às mortes, são exercidas sobre a vida como um todo. A circulação pelo espaço contaminada pelos “algozes de nossos filhos”, como disse Dalva Corrêa, indica uma das dimensões desse enredamento entre as mortes e os modos de produzir a vida, em que rostos e nomes de policiais não são abstratos. O mesmo vale para a convivência com o policial que desdenha da possibilidade de uma mulher preta ser defensora de direitos humanos, como trouxe Renata Trajano. Assim, mesmo que o mote central da Audiência Pública sejam as brutais operações policiais e sua letalidade, as falas vão expondo e indicando outros modos mais rotineiros de atuação policial. É justo na precisão do encontro entre a mãe e o policial que matou seu filho – este policial e não outro – que recebemos uma indicação sobre aquilo que ultrapassa o enquadramento da “letalidade” ou mesmo da “violência policial”. Há, assim, uma confluência entre extraordinariedade e ordinariedade que impede sua clara separação, seja no tempo ou no espaço, envenenando o cotidiano

com o sobressalto do eventual encontro com os “algozes dos nossos filhos”. Como chama atenção Das, as situações marcadas por certa qualidade de conhecimento excessivo não se caracterizam simplesmente por um senso geral de incerteza, mas pelo tipo de perigos que se encontram guardados no cotidiano (Das, 2022: 114).

Se os trajetos no território são permeados por medos do inesperado e de violências físicas e morais, como nos xingamentos que se tem que ouvir calada ou nos insultos racializados e generificados, as fronteiras das casas e dos espaços domésticos também se revelam frágeis para conter as ações policiais. Portas arrombadas, telhados sacudidos por helicópteros, homens encapuzados antes do amanhecer e tiros que atravessam janelas e paredes transformam as casas em locais inseguros e imprevisíveis. E, mais do que isso, configuram de outro modo os próprios sentidos da violação experimentada. A evocação da casa opera também como um designativo moral, reforçado por sua combinação aos corpos ultrajados nela guardados, como os da idosa, do bebê ou da mulher grávida de oito meses. O contraste trazido por Eliene Vieira e Renata Trajano entre as casas que podem ser invadidas e as que não podem, como as do ministro, de deputados e senadores – e de parte significativa dos participantes da Audiência Pública –, materializa a distância entre a experiência de desigualdade vivida e o horizonte moral compartilhado. Por serem repositórios de imagens de proteção e intimidade, as casas operam como conectores morais e semânticos, permitindo a transmissão do ultraje vivido para além da experiência concreta.

Reflexões sobre sentidos e configurações em torno de casas, moradias e habitações têm se adensado bastante nas últimas décadas, oferecendo-nos importantes deslocamentos conceituais e aportes etnográficos⁹. Sem poder tecer aqui o diálogo minucioso que essa literatura merece, concentro-me apenas em alguns elementos que me parecem especialmente produtivos para entender como as casas permitem conectar intimidade e terror nas narrativas trazidas na Audiência. O primeiro destes elementos diz respeito à compreensão das casas como processos de sustentação moral e material de alto valor e de alto custo, o que coloca sobre as diferentes formas de irrupção policial em seus espaços uma mancha de rebaixamento especialmente difícil de se lidar. Como nos mostra Eugênia Motta, as casas podem ser profundamente marcadas por suas relações com boas ou más mortes, definindo as chances de se sustentar ou não algum conforto e quietude dentro de suas paredes (Motta, 2020, 2021).

Nesse sentido, falar de invasões, tiros ou do estremecimento do teto é falar também de uma “má morte”, nos termos de Motta, que está sempre à espreita, oferecendo-se como possibilidade concreta e como agouro. Não à toa, há um contínuum entre o que ocorre “lá fora” durante as operações, o que atravessa as casas, na figura de coisas mortíferas ou sons apavorantes, e as corporalidades, que se transformam em um rastejar pelos cômodos, abraçar crianças pequenas ou ser tomada

9 | Os trabalhos de Janet Carsten têm especial importância para algumas das questões que exploro aqui (ver, entre outros, 2007, 2014 e 2018). Além dela, cabe mencionar que um excelente panorama de parte das discussões sobre vários sentidos e possibilidades da exploração etnográfica das casas, sobretudo no que diz respeito a pensar as configurações de casas em territórios negros, pode ser encontrado no debate em torno do trabalho de Louis Marcelin, organizado por John Comerford e Federico Neiburg (2021). Destaco ainda a dimensão multiescalar das casas, explorada em debate organizado por Biehl e Neiburg, 2021, e as discussões travadas em Comerford, Carneiro, Ayoub e Dainese, 2022.

por tremores e palpitações. Casas e corpos são, assim, modelados conjuntamente em sua vulnerabilidade, com as agressões aos espaços traduzindo-se fortemente em modos de profanação de pessoas, redes familiares e biografias morais. Como enfaticamente colocou Renata Trajano, “é porrada que dói; dói no corpo e, depois, dói na alma, porque você está dentro da sua casa”.

É em parte por essa conectividade profunda e variada que constitui as casas e em parte pelo modo como estas são capazes de guardar camadas temporais distintas, que os atos exercidos sobre e em meio a elas indicam sentidos transbordantes ao campo semântico da violência, aproximando-se do potencial alucinatório do terror. Gostaria agora de passar a um segundo traço da importância da linguagem da casa como vetor da relação entre terror e intimidade: a dimensão espectral que as ações policiais podem adquirir quando exercidas sobre a matéria, as moralidades ou as temporalidades das casas.

Algumas autoras têm chamado atenção, com grande densidade etnográfica, para as estreitas e profícuas relações entre casas e temporalidades, considerando sobretudo como tais relações atravessam os esforços por fazer parentesco, memória e futuro¹⁰. Janet Carsten, na Introdução da coletânea *Ghosts of memory: Essays on remembrance and relatedness*, por ela editada, pergunta-se em certo momento se de fato é possível falar de parentesco e memória como dimensões separadas (Carsten, 2007: 6). O processo de confecção e edição de memórias, como vários dos artigos da coletânea exploram, tem papel fundamental na forma como as tramas de parentesco, que incluem ausências e perdas, continuidades e rupturas, são experimentadas na vida das pessoas. Casas constituem, ainda, como Carsten destaca, lugares privilegiados nesse processo em que materialidades e temporalidades se movimentam mutuamente, como fica evidente nas práticas de acumular artefatos e objetos ou desfazer-se deles, bem como de se deslocar ou retornar a lugares. Coisas guardadas, perdidas, reencontradas, descobertas ou destruídas realocam sentidos para relações e para configurações de passado ou de futuro. Casas, por sua vez, tornam-se vazias, assombradas ou são nostalgicamente mantidas vivas pelo trabalho de lembrar e narrar.

É possível pensar, portanto, que o rastro de destruição e conspiração das casas que aparece nas falas transcritas nos conta de uma forte pressão exercida sobre o trabalho de fazer parentesco e família. Já chamei atenção para a relevância da vulnerabilização dos espaços domésticos como dispositivo de rebaixamento moral, seja através das avarias materiais que jogam por terra os esforços de fazer casa, seja através da introjeção do medo por entre suas paredes. Gostaria agora de sublinhar o quanto estas cenas e seus ecos nos falam dos movimentos oscilatórios entre passado, presente e futuro pelos quais circula o parentesco. Eliene Vieira tem tanto medo de perder os filhos e os netos que perde a vontade de viver, Dalva Corrêa nos lembra que cada vítima arrasta pai e mãe, amigos e parentes, e Elizabeth Santos da Silva nos

10 | Além de Carsten, encontrei inspiradoras reflexões sobre essa dimensão das casas em Han, 2012 e 2020; Gutterres, 2016 e 2023; e Pierobon, 2021.

traz a extensão alargada e profunda de cada morte: “quando matam nossos filhos, matam nossa família”.

Em cada uma dessas falas costumam-se temporalidades diversas: as mortes não são contidas no passado, o presente é contaminado por ansiedades e antecipações, o futuro se torna inviabilizado e retorna ao presente com força destrutiva, retirando a vontade de viver, consumindo os que ficaram vivos e não se veem mais como família. Muito já foi dito sobre as complexas relações entre luto e tempo, inclusive no caso específico das mortes de jovens negros assassinados recorrentemente pelas forças policiais ou por outras forças armadas¹¹. O que gostaria de enfatizar é como esse poder destrutivo transborda também das relações e espaços familiares e domésticos – casas e parentes –, constituindo uma atmosfera em que o medo e o sentimento de dissolução se espraiam em direção ao horror. Elizabeth Santos da Silva fala da busca pelo corpo desaparecido do filho que, depois, se transforma em um corpo em decomposição. Dalva Corrêa nos faz conectar, de modo assombrado, o sangue quente do filho recém-nascido ao sangue preto de seu corpo sem vida, atingido por tiros de fuzil. Nas palavras de Eliene Vieira desenha-se uma assustadora procissão destrutiva: “Primeiro, eles vieram e assassinaram os homens. Depois de um tempo, o alvo se voltou para os jovens e agora, Senhor Ministro, de uma forma absurdamente perversa, estão assassinando as nossas crianças”.

O tempo oscilatório, não linear ou indefinido que circula nessas imagens se cruza a corpos que se alteram para além dos limites de convenções realistas, seja pelo desaparecimento e pela decomposição, seja pela transmutação do sangue. E onde supostamente há alguma linearidade temporal, como na evocação brechtiana da sequência das mortes por gerações, esta não resulta precisa ou apaziguadora, muito pelo contrário. Em verdade, o tempo recobre-se de uma qualidade especialmente espectral, ao se imiscuir por entre um exército de corpos sem rosto, o vago e sombrio “eles” que mata primeiro homens, depois jovens e, por fim, crianças. Nesse sentido, mais que destruídas por avarias ou aviltadas por invasões, as casas aqui compõem como assombradas pelos corpos não pacificados dos filhos e por um futuro vazio de crianças.

Conter essa capacidade sombria do tempo, por sua vez, demanda um trabalho sutil de produzir memória e desejo em meio à vida presente. Chego, com isso, a um terceiro ponto que gostaria de explorar e que talvez só possa ser antevisto se olharmos pelo avesso as falas recortadas da Audiência Pública. Penso nesse ponto como uma inversão da capacidade predadora das tecnologias de terror sobre a intimidade, ou seja, como uma espécie de força teimosa da intimidade na contenção à transmissão e ao fortalecimento do terror. Cabe marcar, antes de tudo, que a natureza das falas na Audiência Pública está atravessada pela urgência em compor um quadro das brutais ações policiais nas favelas e, como venho insistindo, de sua capacidade corrosiva em relação ao cotidiano, aos afetos e às imaginações de futuro.

11 | Ver, entre outras, Birman e Leite, 2004; Movimento Mães de Maio, 2011; Vianna e Farias, 2011; Rocha, 2014; Barros, 2016; Decoche, 2019; Cruz, 2020; Farias, Lago e Efreim Filho, 2020; Scabio, 2023.

Nesse sentido, não é nos seus elementos centrais que podemos rastrear a persistência e a reconfiguração da vida que segue e se renova. Mas de algum modo ela está ali: quando Eliene diz que quer sair de casa com tranquilidade; quando Elizabeth afirma acreditar na Justiça; quando Renata opõe os fuzis indesejados à água e à comida que se quer; ou quando Dalva não deixa que o nome completo de seu filho, junto com sua data de nascimento, seja apagado.

Constituir um lar, para mulheres negras em uma sociedade estruturada a partir do racismo, tem “uma dimensão política radical”, como ensina bell hooks (2019: 105)¹². Parte dessa radicalidade ganha forma nos modos de enfrentar ou contornar a precarização contínua das matérias vitais ou dos recursos temporais e afetivos do cuidado¹³. Água e comida, tranquilidade de sair e retornar às casas combinam-se, assim, à demanda por justiça e pelo fim das mortes e do soterramento destas em pilhas de números sem nome, memória e relacionalidade, como nos trechos de falas destacados acima. É pelo ancoramento no cotidiano, aqui pensado sempre como espaço também da imaginação (Das, 2020), e na densidade das relações concretas com filhos, vizinhos e parentes, que são alinhavadas as respostas possíveis à violência e aos efeitos difusos de terror que a ultrapassam.

Monique de Carvalho Cruz (2020), em seu trabalho sobre as mulheres como guardiãs da memória em territórios favelados, mostra-nos como são operadas linguagens e estratégias rituais e discursivas distintas “dentro” e “fora” da favela para lidar com a violência policial. Marcar as zonas especialmente sensíveis onde ocorreram mortes com placas, grafites e cruzeiros, ou plantar árvores em nome dos que foram vitimados inscrevem formas de memorialização e vitalização opostas aos modos de consagração colonial, no sentido trabalhado por Mbembe (2018), produzindo novos circuitos simbólicos (Cruz, 2020: 132-4). As práticas íntimas de memória, por sua vez, compõem outras possibilidades de lidar com essas mortes. Na anedota interna lembrada com um sorriso, no pequeno detalhe que surge na conversa sobre a filha que gostava de dançar ou sobre como os filhos falavam com elas e se comportavam em casa, desenham-se delicados recursos para experimentar a lembrança como parte da vida (Cruz, 2020: 135-6). Há, assim, algo do parentesco que continua sendo feito, preservado e reafirmado nessas poéticas de memória definidas por uma espécie de dupla intimidade: a dos pequenos detalhes do cotidiano e a dos circuitos próximos de afeto e confiança. Acredito que é por entre os veios dessa dupla intimidade que são encontrados caminhos para reagir à pretensão inebriante do terror, contendo parte de seu potencial de contaminar a vida como um todo.

4. ARQUIVOS, CONTRA-ARQUIVOS E O QUE NÃO CABE

Em texto recente, procurei pensar que sentido poderiam ter certas imagens

¹² | A discussão do lar aqui é inseparável da tensão racial e de gênero, bem como das imagens projetadas com especial violência sobre mulheres racializadas acerca da sexualidade, da reprodução, da família e do cuidado. Além de hooks, são referências fundamentais os trabalhos de Lélia Gonzalez (1984), Angela Davis (2016) e Patricia Hill Collins (2019). O livro de Camila Fernandes (2021) explora em profundidade algumas dessas implicações em contexto etnográfico de territórios de favelas no Rio de Janeiro.

¹³ | As conexões profundas entre água, gênero, classe e territorialidade são exploradas no trabalho de Marcela Centelhas (2020, 2022), bem como em artigo recente de Camila Pierobon e Camila Fernandes (2023).

ou cenas que, produzidas nas margens das denúncias principais sobre violência policial, pareciam invocar um tipo específico de indignação. “Detalhes infernais” foi o nome que dei a esses pequenos e intensos pontos de revolta (Vianna, 2023). Uma das dimensões sobre as quais esbocei refletir ali diz respeito ao lugar que eles poderiam ocupar nos arquivos sobre a violência policial e, mais especificamente, sobre o assassinato regular e massivo de jovens negros em favelas e periferias¹⁴. Entendendo que tal arquivo é constituído sobretudo por estatísticas, documentações diversas, produções acadêmicas e pelas próprias formas de atuação de movimentos sociais e/ou de familiares das vítimas, onde se encaixariam os “detalhes infernais” que falam da desconsideração ou do desrespeito experimentados nas situações “menores” e adjacentes aos dramas centrais das mortes?

Os registros gravados e transcritos da Audiência Pública em torno da ADPF 635 seguramente não enfrentam a mesma falta de lugar das ofensas experimentadas em rotinas administrativas diversas que foram objeto de minha reflexão anterior. Considerando a profundidade histórica e a regularidade da “engrenagem de mortes” (Farias, 2020) que conforma a matabilidade (Medeiros, 2023) da população negra por forças armadas estatais, tanto a APDF 635 quanto a Audiência Pública que dela decorre podem ser consideradas eventos de alcance singular. Mesmo assim, por seu próprio formato, a Audiência acaba produzindo textualidades que, como procurei trazer aqui, extraem parte de sua força comunicativa das reverberações do que é dito. Os constrangimentos inerentes às condições de fala nesse tipo de situação, como a pré-definição do tema primordial a ser abordado, a inscrição a partir do duplo lugar de testemunha individual e representação coletiva, o tempo limitado e as condições materiais de veiculação dos depoimentos, entre outros elementos, poderiam ser explorados minuciosamente para pensarmos sobre as inscrições do que pode ser falado e do que pode ser escutado. Em lugar disso, proponho nesta breve seção final alinhar algumas sugestões sobre camadas ainda menos visíveis das experiências de terror que podem ser evocadas entre ditos e não ditos.

Ao discutir uma modalidade específica de tortura realizada por policiais durante os longos anos do regime de apartheid na África do Sul, Allen Feldman (2003) põe em relevo, em primeiro lugar, o fato de esta modalidade ter uma distribuição racial bastante precisa, sendo exercida somente sobre corpos negros. Os relatos de que torturas de prisioneiros podiam ter lugar em meio à realização de *braais* (um tipo de churrasco), prática de socialidade divertida e relativamente comum, causaram especial desconforto durante as audiências da Comissão de Verdade e Reconciliação, nos anos 1990. Em sua discussão sobre o papel específico de certas tecnologias de memorialização, como a própria Comissão, Feldman nota como algumas feridas históricas se tornam centrais, configurando o que ele chama de trauma-tropismo, um modo de organização da memória coletiva¹⁵.

Para o caso específico dos chocantes *braai*, por sua vez, ele oferece uma propos-

14 | Repito aqui, sem poder me alongar na discussão feita no artigo citado, que a noção de arquivo trabalhada não supõe apenas um arquivo físico, mas um processo de aglutinações e desagregações, capaz de instaurar ou consagrar classificações, mas também de contradizê-las. Ver, entre outros, Foucault (2008); Derrida (2001); Stoler (1996, 2010); Mbembe (2002) e Hartman (2021a).

15 | “Trauma-tropism is a form of collective memory; more specifically, it is a framework and methodology by which a collectivity recalls the past and places it in a dynamic and formative relationship to the interpretation of the present” (Feldman, 2003: 236).

ta analítica que se afasta do universo temporal e politicamente delimitado que domina os debates sobre o regime de apartheid, buscando um trauma-tropo alternativo (2003: 238). Assim, entre os elementos desse trauma-tropo alternativo, estaria a história extremamente violenta de controle laboral, exercida diretamente sobre os corpos dos trabalhadores negros não apenas durante os anos de apartheid, mas também no período colonial e pós-colonial. Os *braai* configurariam, desse modo, “atos de nostalgia estrutural”, em que a comensalidade se liga à comodificação e ao consumo de corpos negros (2003: 247). Deslocar a compreensão da tortura da perseguição política em sentido estrito para a organização de longo prazo de formas de controle e extração de trabalho permite reinseri-la em um plano de terror cotidiano, próximo ao que Taussig denominou cultura do terror (Taussig, 1993). Há, por fim, mais um ponto da rica discussão formulada por Feldman que gostaria de trazer para cá: a incorporação de práticas e objetos banais nos atos de tortura, fornecendo um expediente de normalização da mesma para os perpetradores e intensificando a presença da cultura do terror no cotidiano (Feldman, 2003: 245)¹⁶.

Em outros trechos e em outras falas na Audiência Pública que não explorei aqui, a menção a esse trânsito intenso de sentido das coisas se faz presente, indicando, de um jeito ou outro, o potencial aterrorizante que pode estar guardado em objetos e momentos banais da vida. Ele está no lençol que cobria a mulher adormecida e que é levantado durante a invasão à casa, na marca da sola do coturno na blusa do uniforme escolar da menina, nos rapazes revistados inúmeras vezes ao transitarem pela favela e no filho retirado do carro com o fuzil apontado para seu rosto. Junto a essas cenas e situações, estão outras coisas, as que falam da luta dura por manter a vida: o fardo de balas carregado todo dia nas costas, a ida para as casas nos bairros ricos para limpar e cozinhar, os panos usados para lavar os carros na rua. Objetos e situações que fazem parte da trama ordinária da vida e se transformam subitamente em canais de humilhação, sobressalto, exposição. Cada uma destas cenas reitera a produção de corpos disponíveis à brutalização e à comodificação em uma sociedade que nunca separou a produção de riqueza e as relações de classe das práticas de terror, em especial de terror racializado.

Saidiya Hartman oferece-nos reflexões profundas e incômodas sobre as relações entre memória, terror e luto no mundo marcado pela escravização e pela diáspora a ela irremediavelmente enlaçada (2020; 2021). Como ela nos mostra, não há formas simples de lembrar ou de produzir memórias que mobilizem ideais seja de cura, seja de emancipação ou mesmo de justiça. O encontro com a fratura mais profunda, “o parentesco ferido que define a diáspora” (2020: 249), dificilmente se dá através de enquadramentos narrativos, imagéticos e institucionais estabilizados. Por isso, o percurso que ela compartilha conosco em seu livro revela a coexistência entre a imprescindibilidade de narrar, lembrar e produzir memórias que confeccionem outro tipo de arquivo, distinto dos que se assemelham a “um grande necro-

16 | A capacidade dos objetos cotidianos utilizados em procedimentos de tortura se espalarem pela vida cotidiana é também explorada, embora em outra chave analítica, por Veena Das (2022).

tério”, e as inúmeras armadilhas que assombam esses atos e desejos (Hartman, 2021a). Não à toa, ao final de sua jornada narrada, o lugar possível para o que ela busca não é encontrado nas formas consagradas de monumentalização da memória, como arquivos e museus, mas na fugacidade de uma ciranda de meninas que canta “a canção da tribo perdida” (2021a: 295).

Embora certas falas proferidas na Audiência tenham mobilizado imagens que remetem diretamente ao processo de escravização de pessoas trazidas do continente africano que teve no Brasil um de seus maiores e mais longevos destinos, optei por não privilegiá-las. O motivo para isso não foi, obviamente, contestar ou ignorar sua relevância para a compreensão das formas coloniais racistas de controle de populações e territórios, algo discutido em profundidade por atores e movimentos sociais (Guariento, 2023). O ponto é que, por mais que a explicitação das relações genealógicas entre escravização e brutalização de pessoas negras desempenhe papel importante em diversos momentos da Audiência Pública, a dimensão didática de tal explicitação acaba por trair a condição relativamente indescritível do terror. Por isso, minha escolha foi perseguir o que chamei em diferentes momentos de reverberações, um modo de expressão do terror que encontra sua forma na menção a objetos, histórias, rotinas e imaginações de futuro que foram profundamente afetados pelas ações policiais, embora não ocupem o centro da cena narrada ou da denúncia vocalizada. Nesse sentido, é preciso lembrar, como apontam Díaz-Benítez e Rangel, que o passado colonial às vezes se apresenta apenas sob a forma de fragmento e não como uma narrativa que retoma didaticamente as condições sociais da sujeição (2022: 55-56).

Fragmentos não se juntam, como sabemos, em um todo organizado, à semelhança de peças de encaixar. Não são pedaços de uma completude parcialmente desfeita, mas pontos intensos que nos oferecem interrogações. Os que escolhi aqui ecoam perguntas de diferentes densidades ou inscrições temporais, podendo ser movidos para trás, em busca das lacunas nos arquivos da escravização e do terror racializado, bem como para frente, na dúvida sobre algum futuro que de fato traga respostas à injustiça e às diversas formas de violência e dominação exercidas sobre corpos e territórios massacrados. A pervasividade do terror está, assim, na capacidade de instaurar e renovar incertezas sobre a vida vivida agora, no presente, mas que também é, de maneira espiralada, a vida vivida na longevidade dos tempos passados e futuros. A vida como era, a vida como deveria ser. Por isso os fragmentos do terror não deixam de falar, em seu avesso, das tramas da intimidade, ao indicar como elas foram rompidas, contaminadas ou encharcadas pelo medo e pela irrupção do inimaginável.

Nove meses. Cinco horas da manhã. Dezoito anos. O colo da mãe.

Adriana Vianna é professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ. É bolsista de produtividade do CNPq, nível 2. Tem se dedicado a pesquisar e orientar trabalhos voltados às relações entre violência, política, processos de Estado, gênero e família.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA: Não se aplica.

FINANCIAMENTO: Não se aplica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Fábio *et al.* 24 maio 2021. “Passar o recado para a sociedade: uma análise da coletiva de imprensa da Polícia Civil sobre o Jacarezinho”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [s. l.]. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/analise-da-coletiva-deimprensa-da-policia-civil-sobre-o-jacarezinho/>.

BARROS, Rachel. 2016. *Urbanização e “pacificação” em Manguinhos: Um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo*. Rio de Janeiro, Tese de doutorado em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Iesp/Uerj.

BIEHL, João; NEIBURG, Federico. 2021. “OL-KOGRAPHY Ethnographies of House-ing in Critical Times”. *Cultural Anthropology*, 36(4): 539-547. <https://doi.org/10.14506/ca36.4.01>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. 5 jun. 2020. *Tutela provisória incidental na medida cautelar na arguição de descumprimento de preceito fundamental 635* Rio de Janeiro. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, STF. <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNot>

CARSTEN, Janet. 2007. “Introduction: Ghosts of memory”. In: *Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness*. Oxford, Blackwell.

CARSTEN, Janet. 2014. “A matéria do parentesco”. *RAU, Revista de Antropologia da UFSCar*, 6(2): 103-118. <https://doi.org/10.52426/rau.v6i2>.

CARSTEN, Janet. 2018. “House-lives as ethnography/biography”. *Social Anthropology*, 26(1): 103-116. <https://doi.org/10.1111/1469-8676.12485>.

CAVELL, Stanley. 2010. “The touch of words.” In: DAY, W.; KREBS, V. J. (eds.). *Seeing Wittgenstein anew: New essays on aspect-seeing*. Cambridge, Cambridge University Press, 81–100.

CENTELHAS, Marcela. 2020. “Maternidade, crianças e cuidado: um olhar a partir de uma política de acesso à água no semiárido brasileiro”. *Desidades*, 28: 68-83. <https://doi.org/10.54948/desidades.voi28.40395>.

CENTELHAS, Marcela. 2022. “A multiplicidade das águas no fazer das pessoas: corpo, gênero e materialidades em um quilombo pernambucano”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 30. <https://>

doi.org/10.36920/esa-v30-1_st02.

COMERFORD, John; NEIBURG, Federico. 2021. "A casa e a invenção da família afro-americana vinte e cinco anos depois". *Mana*, 27(2). <https://doi.org/10.1590/1678-49442021v27n2a550>.

COMERFORD, J.; CARNEIRO, A.; AYOUB, D.; DAINESE, G. 2022. (orgs.). *Casa, corpo, terra, violência: Abordagens etnográficas*. Rio de Janeiro, 7Letras.

CRUZ, Monique Carvalho. 2020. "Aqui a bala come, não tem aviso prévio": Favela, necropolítica e a resistência das mulheres-mães guardiãs da memória. Dissertação de mestrado, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

DAS, Veena. 2008. "Violence, gender, and subjectivity". *Annual Review of Anthropology*. Vol. 37. Pp 283-299. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.36.081406.094430>.

DAS, Veena. 2020. *Textures of the Ordinary: doing anthropology after Wittgenstein*. New York, Fordham University Press.

DAS, Veena. 2022. *Slum Acts*. Cambridge, Polity Press.

DAVIS, Angela. 2016. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo, Boitempo.

DECOTHÉ, Marcelle. 2019. "Baixada Cruel": Uma cartografia social do impacto da militarização na vida das mulheres da Baixada. Dissertação de mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

DERRIDA, Jacques. 2021. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira; RANGEL, Everton. 2022. "Evocações da escravidão: sobre sujeição e fuga em experiências negras". *Horizontes Antropológicos*, 63: 39-69. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000200002>.

FARIAS, Juliana. 2020. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens.

FARIAS, Juliana; LAGO, Natália e EFREM FILHO, Roberto. 2021. "Apresentação: Dossiê Mães e Processos de Estado". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 36. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.36.06.a>.

FELDMAN, Allen. 2003. "Strange fruit: The South African truth commission and the demonic economies of violence". In: *Beyond rationalism: Rethinking magic, witchcraft and sorcery*. Brooklyn, Nova York, Berghahn Books, pp. 234-265.

FERNANDES, Camila. 2021. *Figuras da causação. As novinhas, as mães nervosas e as mães que abandonam os filhos*. Rio de Janeiro, Editora Telha.

FOUCAULT, Michel. 2008. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

GENI/UFF. 2022. *Chacinas policiais: relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro, Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF).

GENI/UFF; Fogo Cruzado. 2024. *Atualização do Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro*.

ro. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll. <https://geni.uff.br/2024/06/04/atualizacao-do-mapa-historico-dos-grupos-armados/>.

GENI/UFF; Observatório das Metrôpoles. 2021. *A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados*. Relatório final. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll.

GONZALEZ, Lélia. 1984. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". *Ciências Sociais Hoje*, 2(1): 223-244.

GUARIENTO, Suellen. 2023. "A coisa tá ficando preta": O enegrecimento do repertório de movimentos de mães e familiares de vítimas de violências". Rio de Janeiro, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, PPCIS/Uerj.

GUTTERRES, Anelise. 2016. "O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na Zona Portuária do Rio de Janeiro". *Mana*, 22(1): 179-209. <https://doi.org/10.1590/0104-93132016v22n1p179>.

GUTTERRES, Anelise. 2023. "Fotografias guardadas, corpos marcados, trabalho do tempo: raça e gênero na produção da casa e da cidade". *Mana*, 29(2). <https://doi.org/10.1590/1678-49442023v29n2e2023015.pt>.

HAN, Clara. 2012. *Life in debt. Times of care and violence in neoliberal Chile*. Berkeley, University of California Press.

HAN, Clara. 2020. *Seeing like a child: Inheriting the Korean War*. New York, Fordham Univer-

sity Press.

HARTMAN, Saidiya. 2021 a. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo.

HARTMAN, Saidiya. 2021 b. "O tempo da escravidão". *Periodicus*, 1(14): 242-262. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i14.42791>.

HILL COLLINS, Patricia. 2019. *Pensamento feminista negro*. São Paulo, Boitempo.

HIRATA, D.; GRILLO, C.; DIRK, R. 2020. *Efeitos da medida cautelar na ADPF 635 sobre as operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Niterói, Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos, Fogo Cruzado.

HOOKS, bell. 2019. "Constituir um lar. Espaço de resistência". In: *Anseios. Raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo, Editora Elefante.

MEDEIROS, Flavia. 2023. "Matabilidade como forma de governo: violências, desigualdades e Estado numa perspectiva comparativa entre Florianópolis e Rio de Janeiro". *Horizontes Antropológicos*, 65. <https://doi.org/10.1590/1806-9983e650405>.

MBEMBE, Achille. 2002. "The power of the Archive and its Limits". In: HAMILTON *et al.* (eds.). *Refiguring the Archive*. Dordrecht; Boston; London, Kluwer Academic Publishers.

MBEMBE, Achille. 2018. *Crítica da razão negra*. São Paulo, n-1 edições.

MOTTA, Eugenia. 2020. "Uma casa boa, uma casa ruim e a morte no cotidiano". *Etnográfica*,

24(3): 775-795. <https://doi.org/10.4000/etnografica.9603>.

MOTTA, Eugenia. 2021. "The dying home: "Bad deaths" and spatial inscriptions of mourning in a favela". *Cultural Anthropology*, 36(4): 556-562. <https://doi.org/10.14506/ca36.4.03>.

MOVIMENTO MÃES DE MAIO. 2011. *Mães de Maio: do luto à luta*. São Paulo, Nós por Nós.

PIEROBON, Camila. 2021. "Family betrayals: the textures of kinship". *Revista Sociologia e Antropologia*, 11: 869-890. <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v1136>.

PIEROBON, Camila; FERNANDES, Camila. 2023. "Cuidar do outro, cuidar da água: Gênero e raça na produção da cidade". *Estudos Avançados*, 37(107). <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2023.37107.003>.

ROCHA, Luciane O. 2014. *Outraged mothering: Black women, racial violence, and the power of emotion in Rio de Janeiro's African diaspora*. Texas, Tese de doutorado, African Diaspora Program in Anthropology, University of Texas.

SCABIO, Jeferson. 2023. *A voz dos vivos: movimentos sociais nas margens do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ro, PPGAS/MN/UFRJ.

STOLER, Ann Laura. 1996. *Ethnography in the Archives: Movements on the historic turn*. New York, University of Rochester.

STOLER, Ann Laura. 2010. "Archivos coloniales y el arte de gobernar". *Revista Colombiana de Antropología*, 46(2): 465-496. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105020003009>.

TAUSSIG, Michael. 1993. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem. Um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo, Paz & Terra.

VIANNA, Adriana. 2014. "Violência, Estado e gênero: considerações sobre corpos e corpos entrecruzados". In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; GARCIA-ACOSTA, Virginia (orgs.). *Margens da violência. Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicanos e brasileiros*. Brasília, ABA, pp 209-237.

VIANNA, Adriana. 2023. "Detalhes infernais: intensas e minúsculas poéticas de indignação". In: WERNECK, Alexandre; FERREIRA, Letícia (orgs.). *Questões de moral, moral em questão*. Rio de Janeiro, Mórula/Faperj, pp. 299-328.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. (2011). "A guerra das mães. Dor e política em situações de violência institucional". *Cadernos Pagu*, 37. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645008>.

Recebido em 13 de novembro de 2023. Aceito em 19 de abril de 2024.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001